

Apresentação

Taís Moura Tavares¹

O segundo número do Jornal de Políticas Educacionais traz quatro artigos que aprofundam a discussão no campo da política de educação a partir de pesquisas recentemente concluídas ou em curso, fomentando o debate sobre a direção tomada pelas iniciativas governamentais.

Ângelo Ricardo de Souza & Alexandra Ferrari Damaso partem do pressuposto que a universalização do acesso à educação infantil é um importante critério de justiça social e realizam um diagnóstico da oferta dessa etapa educacional na região metropolitana de Curitiba. Cotejando dados de matrícula na educação infantil entre 2001 e 2006 com os de população de crianças de 0 a 6 anos, os autores indicam a existência de expansão nas matrículas mas acentuam, ao mesmo tempo, a insuficiência na oferta de vagas, a complexidade que há em discutir qualidade nessa etapa da educação básica e a insuficiência de articulação entre os municípios da RMCL no atendimento a uma demanda que sofre o impacto do deslocamento cotidiano da população entre o pólo e os municípios em torno.

Já Isabelle Fiorelli Silva analisa as condições e a direção na implantação da proposta de gestão compartilhada nas escolas estaduais do Paraná, no período do governo Jaime Lerner (1995-2002). Tomando como conceito central a democratização da gestão, a autora

identifica nas práticas escolares, que oscilam entre a adesão e a resistência à proposta governamental, a face fetichista e conservadora dessa proposta, na medida em que centraliza na gestão a responsabilidade na resolução de todos os problemas da escola.

Também o texto de Gladys Beatriz Barreyro tem como foco a implementação de políticas, no caso, o Programa Alfabetização Solidária. O problema enfocado é a terceirização a instituições de educação superior e as parcerias entre estas e as ONG (instituições sem fins lucrativos, religiosas ou de reivindicação de direitos, predominantemente igrejas e associações de moradores dos bairros). Ao considerar os motivos das instituições para se envolverem no Programa, as atividades realizadas e o perfil dos alunos atendidos, a autora aponta, nesse processo, a perda do objetivo do Programa.

Tomando também como objeto um programa federal, Luiz Araújo analisa o recém lançado PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, do governo Lula. O autor caracteriza o Programa como um conjunto de ações novas e já existentes no âmbito do Ministério da Educação e se propõe a desvelar os fios condutores da lógica do Programa, tomando como aspectos da análise: a centralidade das avaliações padronizadas de rendimento

escolar na construção do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira); a secundarização do impacto da insuficiência de financiamento sobre a qualidade do ensino; a postura autoritária e a natureza regulatória dessa ação governamental. O autor alerta sobre o continuismo presente no PDE face às orientações mercadológicas e de privatização já vigentes desde os governos FHC.

Este segundo número ensina o leitor a refletir sobre as políticas de educação em seus vários momentos: o diagnóstico,

a implementação e a proposição. Os textos aqui apresentados possibilitam o debate sobre a direção tomada pela educação no país à luz da sua necessária democratização.

Esses textos permitem, ainda, refletir sobre a política educacional no plano dos municípios, como o texto de Souza e Damaso; no plano do estado federado, como a análise de Fiorelli; e do país, nos textos de Barreyro e Araújo. Este número contempla, portanto, a realização da política educacional nos diversos planos federativos.

Boa leitura!

Curitiba, setembro de 2007.

¹ Professora do NuPE/da UFPR. Doutora em Educação. tavarestais@ufpr.br.